

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MARCIO HENRIQUE SOUZA DA SILVA

HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: os antagonismos entre Brasil e Argentina em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata

Rio de Janeiro

2019

CC MARCIO HENRIQUE SOUZA DA SILVA

HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: os antagonismos entre Brasil e Argentina em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata

Trabalho III-C-6-T1 – Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Octacílio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2019

## **AGRADECIMENTO**

A minha esposa Flavia e meus filhos Pedro Henrique e Talita pela compreensão, paciência e motivação durante a fase de pesquisa e construção do trabalho. Aos meus amigos CC André Luis e CC (IM) Leonardo Silva, por todo apoio prestados durante a realização da dissertação.

Ao CMG (RM1) Peçanha, meu orientador, pelas sugestões e conselhos que em muito auxiliaram para a elaboração deste estudo.

“A política de um Estado é feita a partir de sua geografia”

(Napoleão Bonaparte)

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo analisar as divergências que ocorreram entre Brasil e Argentina em torno da construção da Hidrelétrica de Itaipu através da análise geopolítica de Mario Travassos, que transferiu o conceito do *heartland*, emanado por Halford John Mackinder, para a América do Sul apresentando as intenções expansionistas da Argentina e criando estratégias para conter este avanço. Ressalta também a importância dos recursos hídricos, sobretudo durante o século XX, para a geopolítica e economia dos Estados, destacando-se as bacias hidrográficas compartilhadas que se tornaram causas de dissensão entre Estados, tal qual a Bacia do Prata. Verificamos então que apesar dos interesses brasileiros e argentinos na hegemonia regional, a ideia de integração regional esteve presente na política externa dos dois Estados, sendo mais tarde intensificada após o apaziguamento das questões em torno de Itaipu no final da década de 1970. Entretanto, este trabalho não esgota as informações sobre as divergências entre Brasil e Argentina e suas influências na integração sul-americana, uma vez que outros Estados como o Paraguai, Uruguai e Bolívia também tiveram seus interesses afetados ao longo desta disputa pelo poder, e sugerimos que haja um enfoque maior sobre o tema integração da América do Sul, visto que ele permanece contemporâneo.

**Palavras-chave:** Recursos hídricos. Divergências. Brasil. Argentina. Mario Travassos. Halford John Mackinder. Integração. América do Sul. Bacia do Prata.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS DA AMÉRICA DO SUL .....	47
FIGURA 2	TRIÂNGULO ESTRATÉGICO BOLIVIANO DE TRAVASSOS .....	48
FIGURA 3	REDE FERROVIÁRIA ARGENTINA .....	49
FIGURA 4	PROJEÇÃO FERROVIÁRIA .....	50
FIGURA 5	CORREDOR AMAZONAS - ANDES	51
FIGURA 6	PROJEÇÃO DE MERCATOR .....	52
FIGURA 7	PROJEÇÃO DE MACKINDER .....	53
FIGURA 8	PROJEÇÃO DE MACKINDER .....	54

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b> .....	<b>9</b>
2.1	Os recursos hídricos e o surgimento das hidrelétricas .....	10
2.2	A geopolítica dos recursos hídricos .....	11
<b>3</b>	<b>O PANORAMA DA AMÉRICA DO SUL NO FINAL DA DÉCADA DE 1960</b>	<b>14</b>
3.1	O panorama do Brasil no final da década de 1960 .....	17
3.2	O panorama da Argentina no final da década de 1960 .....	19
<b>4</b>	<b>O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SOBRE A AMÉRICA DO SUL</b> .....	<b>23</b>
4.1	A teoria geopolítica de Mario Travassos .....	25
4.2	A influência de Halford John Mackinder .....	31
<b>5</b>	<b>OS ANTAGONISMOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU</b> .....	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos foram de extrema importância para o desenvolvimento e expansão das civilizações, e com o passar dos anos ganharam cada vez mais notoriedade no cenário internacional devido à crescente utilização sustentável da água para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento dos Estados. A importância desses recursos é muito vasta porque atende a economia, a geração de energia e a sobrevivência dos seres vivos na terra. Na economia, ela exerce um papel fundamental sendo uma fonte alternativa de energia, energia elétrica através das usinas hidrelétricas, a mais importante e utilizada fonte de energia no Brasil.

A partir do século XX, a descoberta e desenvolvimento da energia hidráulica e o aumento do uso da irrigação devido à expansão da agricultura para atender a demanda frente ao incremento populacional mundial, conduziu o foco dos Estados em relação à utilização dos recursos hídricos para outras perspectivas além da navegação e das questões fronteiriças: o uso, o desenvolvimento e a conservação, tornando esses recursos estratégicos para o funcionamento dos Estados e passando a representar também vantagens econômicas e geopolíticas.

Na América do Sul, as grandes reservas de água doce juntamente com a biodiversidade, as riquezas em recursos minerais e energética, formam uma grande massa econômica de interesse e que influenciaram, desde o século passado, a disputa entre Estados pela hegemonia na região, causada muitas vezes pelo compartilhamento destes recursos entre mais de um usuário (transfronteiriços), amplificada pela falta de cooperação ou pela má gestão. Nesse contexto, encontram-se os interesses voltados para as bacias hidrográficas, das quais a Bacia do Prata evidenciou a rivalidade entre Brasil e Argentina, na década de 1970, fruto da construção da hidrelétrica Binacional de Itaipu, em uma conjuntura, de acordo com



Mario Travassos, de redução da persuasão política e econômica argentina na América do Sul, iniciada no início do século XX com o expansionismo da política de comunicações argentina nos altiplanos e planícies da Bolívia, refletindo a intenção da Argentina de uma maior hegemonia frente ao Brasil.

Nesse cenário, esta pesquisa analisará, segundo o método histórico, as divergências políticas, militares e econômicas frutos dos conflitos em torno da construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970, entre Brasil e Argentina, baseado na teoria geopolítica de Mario Travassos sobre o poder terrestre (influenciado por Halford John Mackinder), em que o Brasil, buscando a hegemonia na América do Sul e aproveitando o momento do Milagre Econômico<sup>1</sup> arquitetava ações estratégicas como a construção da hidrelétrica. Motivado por compreender a relevância dessas diferenças nas relações entre os dois Estados, a seguinte questão de pesquisa se coloca: “As divergências em torno de Itaipu contribuíram para um atraso na integração regional na América do Sul?”

O trabalho será estruturado em uma introdução, quatro capítulos de análise e uma conclusão. O Capítulo 2 aborda a importância dos recursos hídricos para a civilização e como ela evoluiu em termos de importância para os Estados. O Capítulo 3 traz um panorama político e econômico da América do Sul, Brasil e Argentina de forma a contextualizar o momento histórico em que se situava a região. O Capítulo 4 menciona a visão geopolítica do Brasil sobre a América do Sul na visão de Mario Travassos e sua influência por Mackinder. O Capítulo 5 ressalta as divergências entre Brasil e Argentina em torno da construção da Hidrelétrica de Itaipu e na tentativa entre os dois Estados em manter seus interesses regionais.

---

<sup>1</sup> Período de 1967 a 1973 no qual o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável.

## 2 A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos hídricos sempre exerceram papel relevante na história. Muitas civilizações procuravam seu domínio como meio de sobrevivência e desenvolvimento, e próximo a eles construíram seus impérios. Na idade média, o meio de transporte hídrico se tornou essencial para a vida econômica de muitas cidades, que com o aumento do comércio e intercâmbios verificou-se a necessidade de uma maior proteção das cidades localizadas a beira dos rios. Dessa forma o destino dos recursos hídricos sempre esteve ligado ao fluxo do processo civilizatório, com as cidades crescendo e se fortalecendo ao longo dos rios.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a dependência dos recursos hídricos sofre um aumento considerável devido às novas técnicas de produção, como a têxtil, o surgimento de novas tecnologias industriais, como a máquina a vapor, e novas técnicas agrícolas, causando um impacto econômico-social e ambiental na sociedade. Todo esse desenvolvimento trouxe também uma mudança de mentalidade, mesmo em um primeiro momento somente nos países industrializados, de saneamento e administração desde serviço e de outros relacionados ao uso da água doce.

Já o século XX foi caracterizado por um uso abusivo de diferentes recursos hídricos, sendo marcado pelo uso da energia potencial da água doce para produção de energia elétrica, tendo causado grande euforia no início por ser considerada energia limpa e sustentável, se comparada com outras formas mais poluentes de produção de energia elétrica como as termelétricas a carvão e a óleo combustível. A industrialização que no século XIX estava concentrada na Europa, se espalhou pelos continentes, causando a degradação dos recursos hídricos. Assim o gerenciamento desses recursos passou a ser essencial ao desenvolvimento dos países e ganhou importância nas relações internacionais uma vez que poderia minimizar conflitos e ampliar possibilidades de cooperação (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

## 2.1 Os recursos hídricos e o surgimento das hidrelétricas

A Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, levou à intensificação do uso da energia elétrica, passando a ser um elemento fundamental no processo de modernização da sociedade e de impulsionamento da industrialização. Para essa geração de energia surgiram as usinas elétricas, que utilizavam carvão ou óleo combustível, e as hidrelétricas. No início do século XX o desenvolvimento industrial era pautado nos combustíveis fósseis e o carvão desempenhou um papel importante neste processo, principalmente nas primeiras décadas, contudo o petróleo veio a tornar-se a nova força motriz, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Mais tarde, principalmente após as crises do petróleo na década de 1970, a dependência desse insumo trouxe uma instabilidade política e econômica mundial, e neste contexto os recursos renováveis passaram a ser priorizados como fontes energéticas substitutas, além do pretexto das questões ambientais, cujos debates se intensificaram, principalmente em torno dos recursos hídricos e do aproveitamento de seu potencial.

As hidrelétricas foram inicialmente pouco exploradas durante o início do século passado, mas não deixaram de contribuir, segundo Muller (1995), para o desenvolvimento industrial com a tecnologia hidráulica que ao longo dos anos foi sendo aprimorada. No Brasil a primeira hidrelétrica data dos idos de 1883, e nos primeiros 50 anos seguintes, a evolução do parque gerador esteve intimamente ligado aos ciclos de desenvolvimento da sociedade brasileira, que foi se tornando mais avançada economicamente e mais complexa, tornando o uso dos recursos hídricos para geração de energia fundamental para o país, uma vez que ainda éramos muito dependentes dos combustíveis fósseis (TUNDISI, 2005).

A partir dos últimos anos da década de 1960, por causa das mudanças

significativas nos discursos referentes ao desenvolvimento, alterando as formas de relacionamento entre modelos e práticas econômicas e as transformações sociais e do meio ambiente no cenário internacional, conforme cita Salviani (2012), as Nações Unidas organizaram a conferência sobre o Meio Ambiente Humano<sup>2</sup>, em Estocolmo, da qual o Brasil também foi participante, e cujas conclusões levantaram a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico mundial. Nesse contexto, o conceito de geração de energia via hidrelétricas ganha força como instrumento de progresso tecnológico e por ser ambientalmente viável, ao contrário dos combustíveis fósseis.

O Brasil, que havia passado por um período de recessão, a partir de 1967 observou sua economia em uma fase de crescimento em ritmo intenso, período conhecido como Milagre Econômico, com o setor elétrico entre os mais ativos, e como fruto do desenvolvimento e seguindo as perspectivas da Conferência de Estocolmo, investe na construção da Hidrelétrica de Itaipu, dentro da ótica da busca pelo progresso e da concretização das políticas de modernização do País, que desejavam desenvolver o Brasil com potência Industrial, e também por questões diplomáticas e de relacionamento com os demais países do continente americano. Assim, é assinado em 1973 o “Tratado de Itaipu”<sup>3</sup>, que representou uma guinada nas relações entre Brasil e Argentina, uma vez que Buenos Aires se sentia ameaçado com a aproximação do Brasil e Paraguai (SALVIANI, 2012).

## **2.2 A geopolítica dos recursos hídricos**

Na segunda metade do século passado, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo

---

<sup>2</sup> A primeira grande conferência-marco na área de meio ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo.

<sup>3</sup> Tratado entre Brasil e Paraguai, assinado em 1973, no qual o Paraguai se comprometia a vender o excedente energético, nele produzido, ao Brasil.

presenciou um período desenvolvimentista sem precedentes de caráter industrial, das relações sociais, ambiental e principalmente tecnológicos, e que contribuiu para a escalada do conhecimento que nos trouxe aos dias atuais. Contudo, este desenvolvimento somado ao crescimento demográfico mundial consumiu de maneira intensa os recursos naturais do planeta, ao ponto de alguns desses recursos se tornarem estratégicos para o funcionamento da sociedade, de modo que a posse ou domínio deles passaram a representar uma série de vantagens econômicas e até geopolíticas para países.

A importância de determinado recurso natural pode mudar de acordo com o tempo, pois as transformações tecnológicas alteram em maior ou menor grau o consumo de dado recurso. A água, por exemplo, é um recurso que se tornou preponderante em relação aos demais em termos de relevância política e estratégica juntamente com o petróleo (PENA, 2019).

A degradação dos recursos hídricos é um dos fatores que limita as condições de vida de grande parte da população do planeta, e afeta o desenvolvimento em suas diversas dimensões. Outro fator hídrico importante é sua distribuição geográfica, pois em muitos casos o compartilhamento destes recursos entre mais de um tipo de usuário é uma realidade e, no âmbito internacional, a falta de cooperação ou a má gestão de bacias hidrográficas transfronteiriças pode se tornar motivo de disputa entre países vizinhos (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2008). De acordo com Ribeiro (2008), a terra possui 71% da superfície coberta por água, sendo que, deste total de água da superfície, 97% é formado por águas salgadas e apenas 3% por água doce. Do volume de água doce, 70% são de difícil extração, pois estão localizadas nas geleiras. Os outros 30% restantes de água potável estão distribuídos em águas subterrâneas, rios e lagos e umidade do ar. Em face a essa conjuntura e ciente do seu potencial hidrográfico o Brasil, prosseguindo com seu objetivo desenvolvimentista e ratificando o pensamento geopolítico da conquista de uma posição hegemônica na América

do Sul, a partir dos anos finais da década de 1960, passa a desenvolver projetos englobando a utilização do potencial hídrico de maneira estratégica na região (MELLO, 1987).

### 3 O PANORAMA DA AMÉRICA DO SUL NO FINAL DA DÉCADA DE 1960

As transformações política, econômica e sociais no cenário internacional foram imensas após 1950. A bipolarização<sup>4</sup>, nova ordem mundial, passou a comandar as mudanças e tomadas de decisões em diversos países. O processo de descolonização, os conflitos espalhados por várias regiões, o surgimento de novos atores nas relações internacionais e o desenvolvimento tecnológico foram os fatores que mais marcaram o desenrolar dessa segunda metade do século XX.

Na América do Sul os efeitos das mudanças que ocorriam no mundo também eram sentidos por seus países e influenciavam suas relações exteriores. Historicamente configurava uma espécie de colônia, juntamente com as Américas Central e Caribe, uma região em que não havia séria rivalidade entre grandes potências, mas sobre forte influência política e econômica dos Estados Unidos da América (EUA), como explicitou o seu secretário de Estado Richard Olney em 1895: “Os Estados Unidos são um país praticamente soberano neste continente e sua palavra é lei nos assuntos onde se faz ouvir” (OLNEY, 1895 apud KINSSINGER, 2012).

E algumas décadas depois desse pronunciamento, a realidade da América do Sul ainda permanecia a mesma, ou seja, até as décadas de 1960 e 1970, os EUA permaneciam soberanos e com forte influência sobre os países da região, mesmo com as intervenções da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em determinados governos sul-americanos. Mas foi com a Segunda Guerra Mundial que ficou evidenciada a importância geopolítica e estratégica da América do Sul, principalmente para os EUA, ao assegurar fontes de matéria-prima, como ferro, manganês e outros minerais indispensáveis à indústria bélica

---

<sup>4</sup> O conflito ideológico existente entre as duas potências pós Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

estadunidense e manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul, destacando-se o Brasil como principal aliado (BANDEIRA, 2009).

Com o fim da Guerra, a política exterior dos EUA visava tradicionalmente a promover interesses e necessidades de seu processo produtivo e de sua sociedade, assegurar fontes de materiais estratégicos, como por exemplo, os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia e as minas de cobre no Chile, mantendo abertas as linhas de comunicações e transporte, no Atlântico Sul, representando assim uma maior significação geopolítica e estratégica, devido ao potencial econômico e político da região, conforme explicitado por Bandeira (2009).

Sendo composto por doze países dentro de um espaço da ordem de 17 milhões de quilômetros quadrados<sup>5</sup>, a América do Sul possui grandes reservas de água doce e biodiversidades, grandes riquezas em recursos minerais e energética, como petróleo e gás, formando uma grande massa econômica de interesse estadunidense para manter a hegemonia global durante a Guerra Fria (1947 – 1989), e dentro do contexto dos mecanismos hemisféricos de segurança coletiva<sup>6</sup> (CEPIK, 2008). Contudo sua influência na região passou a declinar quando governos apoiados pela então URSS chegaram ao poder, nos anos 1960 e 1970, somado ao fato da não concordância com as políticas neoliberais recomendadas por Washington que levaram ao descontentamento da maioria dos países Sul-Americanos (BANDEIRA, 2003).

Paralelamente a este processo de influência Estadunidense, onde observamos o seu auge e declínio, verificamos o movimento de integração na América do Sul, que remete a

---

<sup>5</sup>Informações do site do Departamento de Estatística das Nações Unidas. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>.

<sup>6</sup> Na década de 1940, os países americanos uniram-se em um sistema de segurança coletiva baseado em mecanismos que visavam garantir a segurança dos Estados membros mediante a legítima defesa individual ou coletiva. Esse sistema, que tinha como objetivo afastar a ameaça comunista da região, serviu para consolidar a influência e o domínio dos Estados Unidos da América no hemisfério.



fatores históricos do período colonial, e teve seu impulso no final dos anos 1950, como resposta aos esforços de integração realizados na Europa (pós guerra) com assinatura do Tratado de Roma<sup>7</sup>. Nessa mesma época, foram assinados quatro acordos regionais: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC); o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARICOM), e o Pacto Andino (1969). Todos com objetivos de incrementar o processo de integração Sul-Americano que, a princípio, ajudaram a expandir consideravelmente o comércio exterior entre seus signatários, contudo, sofreram estagnação décadas depois. Nesse contexto, o Brasil e a Argentina se sobressaíram na disputa da hegemonia do continente, especialmente sobre a disputa das áreas da Bacia Platina, uma região que foi palco de interesses geopolíticos antagônicos entre Portugal e Espanha e de questões mal resolvidas desde o Tratado de Madri (1750)<sup>8</sup> e de Idelfonso (1777)<sup>9</sup>, e sobre esse ponto afirma Spykman:

Mais importante entretanto para o futuro da América do Sul é a luta de poder entabulada na outra zona de conflito do continente meridional: a bacia do rio da Prata. Aqui os protagonistas são os dois Estados mais poderosos da América Latina e a recompensa seria a caudilhagem e o império do continente sul. De um lado está a Argentina, quase toda em zona temperada, com as mais ricas terras agrícolas do continente e uma população branca, energética, dinâmica e com sonhos imperiais; do outro lado está o Brasil, o maior estado da América Latina, com uma população superior em mais de três vezes à do vizinho sul, mas rica também em recursos minerais. Esta rivalidade tem para a constelação política do continente sul a mesma importância e sentido que a rivalidade França-Alemanha na Europa Ocidental ou a antiga rivalidade Áustria-Russa na Europa Oriental (SPYKMAN, 1944 apud MELLO, 1987).

Observamos então, no final da década de 1960 e na década de 1970, um recrudescimento na rivalidade entre o Brasil e Argentina, onde a hidrelétrica de Itaipu foi um dos pontos importantes e motivadores nesta disputa geopolítica entre os dois países.

---

<sup>7</sup> Tratado assinado pela Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha, em março de 1957, que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM), a primeira visando integrar a economia dos países membros com o estabelecimento da união aduaneira e de um mercado comum, e a segunda com o objetivo de fomentar a cooperação no desenvolvimento e utilização da energia nuclear e elevação do nível de vida dos países membros.

<sup>8</sup> Foi um tratado firmado na capital espanhola, entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas.

<sup>9</sup> Tratado de Santo Ildefonso foi o acordo assinado em 1 de outubro de 1777, na cidade espanhola de San Ildefonso, na província espanhola de Segóvia, na Comunidade Autónoma de Castela e Leão, com o objetivo de encerrar a disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colônia do Sacramento.

### 3.1 O Panorama do Brasil no final da década de 1960

A partir dos anos de 1950 o mundo se tornou bipolarizado através da Guerra Fria ficando vários países sob a influência dos EUA ou da ex-URSS, outros assumiram uma posição neutra tentando escapar da “satelização”. O Brasil a princípio procurou manter uma posição de equilíbrio, mas alinhou-se posteriormente aos EUA, recebendo orientação política do mesmo e participando da Força Interamericana de Paz (FIP)<sup>10</sup> e assinando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>11</sup>, caracterizando uma fase de interdependência e uma aliança incondicional com a potência que exercia liderança no mundo ocidental. Esse período foi sinalado por uma grande permuta de informações, pela homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas, abertura do território e da economia ao capital estrangeiro e pela completa dependência na política externa (ANDRADE, 2001).

Essa bipolarização, que chegou no seu máximo de intensidade na década de 1960, levou também o Brasil a se alinhar com os outros países latino-americanos sob o pretexto de oferecer uma certa resistência ao domínio absoluto norte-americano e se organizaram, em 1960, na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que devido às diversas divergências de interesses e rivalidades seculares entre seus componentes veio a fracassar posteriormente. No final dessa década e início da década de 1970 verifica-se uma atenuação nesta bipolarização, conforme Cervo (2015) a *détente*<sup>12</sup> entre EUA e a então URSS já avançava sob os governos Kennedy, Johnson e Nixon e sob a era Brejnev: no campo militar, por meio do diálogo, do desarmamento parcial e do controle dos armamentos; no político,

---

<sup>10</sup> Instrumento de intervenção militar criado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para pôr fim à guerra civil na República Dominicana entre 1965 e 1966.

<sup>11</sup> Assinado pelas repúblicas americanas na Conferência do Rio de Janeiro (1947), esse tratado de defesa hemisférica estabelecia basicamente que “um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos”, ao mesmo tempo que definia os princípios, obrigações e mecanismos que deveriam ser postos em ação em caso de necessidade.

<sup>12</sup> Período de flexibilização das tensões da Guerra Fria entre os EUA e a então URSS de 1967 a 1979. A era foi uma época de maior comércio e cooperação com a URSS.

pela vontade de entendimento e cooperação para preservar interesses próprios diante de terceiros; no econômico, pelo incremento do comércio bilateral, e devido também a eventos internacionais como a perda do controle soviético sobre a China e a resistência vietnamita, pondo em choque o poder hegemônico dos EUA, denotando uma desagregação dos blocos hegemônicos. Naquele mesmo momento no Brasil, o crescimento acelerado do PIB e da população, a formação de um mercado interno e parque industrial relevante, a diversificação das exportações e a capacitação tecnológica em áreas como aeronáutica, militar, informática, nuclear (a partir da segunda metade da década de 1970), a ocupação demográfica e econômica das áreas de fronteira, contribuíram para que adquirisse crescente importância no contexto internacional e regional (BANDEIRA, 1978).

A evolução da economia brasileira e da política econômica impulsionaram o crescimento industrial e a realização de diversas obras estruturais em diferentes regiões brasileiras, a destacar as usinas hidrelétricas e as rodovias, e de muitos municípios do interior do estado de São Paulo que começaram a desenvolver seus distritos industriais, com o intuito político-econômico de construção de um projeto nacional visando responder ao desafio de demonstrar a viabilidade do desenvolvimento do país. O projeto desenvolvimentista correspondeu aos desígnios de desenvolvimento restrito, na medida em que visava robustecer a economia antes de equacionar as desigualdades sociais, mantendo a diplomacia como instrumento de expansionismo econômico, a qual, lutava para cooptar os foros internacionais aos esforços de desenvolvimento, engajando, enfim, um plano gigantesco de cooperação internacional, mediante o qual captava recursos, ciência e tecnologia do Norte (EUA) e aguardava seu processamento para repassá-los aos países Sul, refletindo sua política para a América do Sul (CERVO, 2015).

A diplomacia brasileira esforçou-se também por destruir estereótipos em voga no continente, que identificavam o Brasil ora a uma nova potência hegemônica, ora a executor de

uma missão subimperial a serviço dos EUA e que talvez a força de tais interpretações equivocadas das motivações e das iniciativas tenha entravado o entendimento com a Argentina, mesmo na questão dos rios, explica Cervo (2015).

Contudo, na mesma década de 1970, fatores externos contribuíram para abalar as estruturas do crescimento econômico, e por conseguinte, o desenvolvimento, como as crises do petróleo (1973 e 1979) e o distanciamento dos EUA nas relações exteriores. O Milagre Econômico também levou o país a identificar o surgimento ou agravamento de antagonismos: a reação mundial à política de fretes brasileira (50% do seu comércio exterior em navio com sua bandeira); o crescimento das divergências com Argentina quanto ao aproveitamento dos rios sucessivos (o pivô do acirramento das relações foi a construção da hidrelétrica de Itaipu) e a crítica, tanto dos EUA como da então URSS, ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (VIDIGAL, 1985). Todas estas situações impactaram o desenvolvimento nacional, fazendo sofrer os efeitos do sistema internacional, além de políticas econômicas internas instáveis e decisões controversas no que tangia a dívida externa, conduzindo o país a uma década marcada por crises econômicas e o arrefecimento do desenvolvimento e da política externa.

### **3.2 O Panorama da Argentina no final da década de 1960**

A Argentina experimentou um intenso crescimento, no início do século XIX, marcada por políticas econômicas (caracterizado por grande abertura ao exterior) e sociais eficientes, ao ponto de despontar como um dos mais importantes Estados em relação ao crescimento, seguido de um período sinalado por diversas instabilidades políticas e econômicas que marcaram a maior parte do século XX. A partir dos anos 30 do século passado, assim como a maioria dos demais países da América Latina, a Argentina começou a formular um modelo alternativo, iniciando, dessa forma, o processo de industrialização

substitutivo de importações sob o manto do nacionalismo e da proteção econômica. O objetivo era tanto a construção de um parque industrial como também a construção de um forte mercado interno. A política econômica passou a ser fortemente intervencionista, contrariando a maior parte dos países desenvolvidos naquela época, e buscando promover a industrialização. Foi um período de nacionalização de diversos setores da economia nacional e da realização de políticas sociais (CANDEAS, 2005).

Contudo, logo após 1950 os gastos públicos foram reduzidos e o Governo já não tinha mais recursos suficientes para financiar a sua política de desenvolvimento social. Existiam poucos investimentos externos, e as abundantes reservas internacionais tinham-se reduzido sensivelmente com o passar dos anos. Essa distribuição de renda e riqueza em favor dos trabalhadores foi financiada através da realização de gastos públicos exorbitantes, sendo responsável por reduzir em grande quantidade da riqueza argentina obtida em anos anteriores. Essa situação acabou se tornando insustentável, visto que o crescimento econômico argentino também se reduziu fortemente, momento conhecido como a crise dos gastos estatais (FANTINEL; LENZ, 2014).

No início dos anos 1950 foi iniciada uma fase de fluxo de capitais estadunidense para Argentina, numa tentativa de redução da política contrária àquele Estado de governos anteriores, sendo celebrados acordos também na área petrolífera. Essa transferência de capitais estrangeiros foi de fundamental importância para uma recuperação parcial da economia argentina. A riqueza do País havia sido reduzida consideravelmente, e fazia-se necessário o ingresso de investimentos externos para não dificultar ainda mais a sua conjuntura econômica. O setor industrial voltava a se desenvolver mesmo que mais lento que nos anos anteriores. No início da década de 1960 foi implementado um programa econômico desenvolvimentista, que seria responsável por retirar o País de um período de estagnação econômica em que se encontrava desde o começo da década de 1950. Tal programa

privilegiou investimentos do Estado na indústria de base e petroquímica, além do setor de transportes (SOUZA, 2008).

De acordo com a concepção teórica desenvolvimentista, a indústria motriz era a siderúrgica. Entretanto a situação da Argentina exigia o afastamento desse caminho proposto, visto que o déficit energético condicionava qualquer estratégia que não o levasse em consideração. Desde o final da década de 1950, o setor de energia era representado principalmente pela combustão de derivados do petróleo. A importação de petróleo representava um valor razoável das compras externas totais, quantia que superava o déficit comercial do País. Para Fausto e Devoto (2004), a política econômica da época mostrou a possibilidade de acelerado lançamento de uma política forte de investimentos orientada para a expansão da capacidade produtiva em setores considerados essenciais, como combustíveis e indústrias dinâmicas. Dessa forma, qualquer esforço no sentido do crescimento econômico presumia aumentar o consumo de energia, fato que elevava a demanda por importações e dificultava ainda mais o problemático equilíbrio das contas externas. O Governo então tinha como objetivo principal obter o auto abastecimento do petróleo, que parecia ser uma condição imprescindível para o desenvolvimento econômico do País, e que foi um dos motivos para a futura crise argentina na década de 1970 com as duas crises do petróleo.

O desenvolvimento argentino constituía novidade maior que no Brasil, uma vez que combinava a ação forte do Estado e do capital estrangeiro, contrariando o tanto o liberalismo ortodoxo quanto o nacionalismo econômico. A industrialização, como impulsionador do desenvolvimento, inscreveu-se numa dinâmica de confrontação política que terminou por minar sua própria sustentabilidade, sendo diferenciada da brasileira pelo elevado grau de politização. Ou seja, a indústria havia se tornado elemento de conflitos de classe entre as elites tradicionais ligadas ao campo e as novas elites urbanas em ascensão. A modernização industrial foi atacada nas décadas de 1960 e 1970, no mesmo período em que o Brasil atingia

elevadas taxas de industrialização, distanciando de forma irreversível do país vizinho em termos de pujança econômica (CANDEAS, 2010)

Essa situação política e econômica influenciou a geopolítica argentina dos anos 1970 e se assinalava contrária aos interesses nacionais de concentração demográfica no sul do Brasil e a sua influência na bacia do Amazonas, por meio do qual o Brasil chegaria ao Pacífico. Ocorria também uma mudança de rumo na política externa da Argentina, acordo Frota (1991), com a aproximação com os EUA, a Europa e outros países com o objetivo de alcançar a sua recuperação como protagonista importante na área latino-americana e sua afirmação no conceito mundial. Como a crise econômica e social argentina e a disparidade de crescimento em favor do Brasil aumentava, e temendo que o país assumisse uma posição economicamente subordinada e estrategicamente desfavorável perante a América do Sul, o governo entra na competição geopolítica e tenta conter o avanço do desenvolvimento brasileiro, mesmo que indiretamente, por meio da obstaculização do projeto Itaipu (CANDEAS, 2010).

As dificuldades nos campos internos e externos pelo qual passava a Argentina, e a mudança da política externa realizada pelo novo governo, como o abandono do princípio das fronteiras ideológicas que combatia os movimentos guerrilheiros nas fronteiras, contribuíram para um recrudescimento na rivalidade entre o Brasil e Argentina, na década de 1970, que refletiu nos embates por questões geopolíticas, como a Bacia do Prata, no sentido de garantir sua posição de hegemonia na América do Sul, diferente da década anterior onde a semelhança de seus governos militares conservadores com crença no que se referia as relações internacionais facilitava a aproximação tornando as relações mais cordiais (FROTA, 1991).

#### 4 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SOBRE A AMÉRICA DO SUL

A geopolítica no Brasil durante metade do século passado, de 1930 a 1980, foi uma atividade praticamente exclusiva dos aparatos estatais e especialmente dos meios militares. Refletiu, em grande medida, a hegemonia de pensamento que se instalou no país no início da década de 1930, marcadamente direcionado para o fortalecimento da centralidade do papel do estado nacional nos projetos de desenvolvimento em geral. Por isso o pensamento geopolítico que se estruturou nesse contexto e se ampliou nas décadas seguintes, foi capaz de inspirar as políticas do Estado para a estruturação interna e, sobretudo, para a projeção externa nacional nos campos da política, estratégia, economia e cultura (COSTA, 1992).

O pensamento geopolítico brasileiro balizou o planejamento estratégico nacional do Estado ao longo de boa parte do último século, inspirando e comandando as políticas territoriais, ou seja, o ordenamento do território e planejamento regional, urbano e ambiental, a ocupação e a proteção das fronteiras, as políticas de integração nacional e de defesa, a ocupação para a Amazônia e o Atlântico Sul e a alocação dos investimentos na infraestrutura de transportes e de energia. Enfim, a predominância de concepções e práticas que constituem os principais vetores da geopolítica clássica inspirada em Ratzel (1844 – 1904) e Mackinder (1861 – 1947) e que podem ser resumidas no que seria uma forma de radicalização dos princípios da coesão territorial, do fortalecimento do poder nacional e da correspondente estratégia visando sua projeção externa (COSTA, 2017). Nesse contexto, destaca-se Mário Travassos, um oficial do exército que se tornaria a principal referência do pensamento geopolítico clássico brasileiro. Com ele, concebe-se, pela primeira vez, a estratégia que seria aplicada em boa parte do século XX nas políticas do país para a América do Sul.

A análise geopolítica de Travassos não é apenas pioneira como original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais do período, ela parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro



(COSTA, 2008, p. 198).

Mas o desenvolvimento dessa geopolítica no Brasil se deu à margem do meio acadêmico devido ao estigma que ela carregou após a Segunda Guerra Mundial, pelas ações consideradas de desvios éticos, morais e científicos, ocorridas no período (1939 – 1945), em que os próprios europeus e estadunidenses preferiram manter certo distanciamento do tema. Este paradigma, contudo, começa a se desfazer fruto das transformações ocorridas no cenário nacional, influenciado pelas mudanças no Sistema Internacional, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e expressadas nos processos de industrialização, urbanização e modernização. E nesse mesmo contexto há também um forte impacto das ideias francesas provocadas por Yves Lacoste, da Universidade de Vincennes, por meio de seu livro *“La géographie, ça sert d’abord a faire la guerre”*<sup>13</sup> e do primeiro número da revista *“Hérodote”*, em 1976, nas relações entre geografia, ideologia e política, trazendo uma evolução não só para a geopolítica contemporânea, mas para as diretrizes da geografia brasileira. Nos oferece a primeira análise crítica abrangente da geopolítica clássica com raízes em Ratzel e aponta, ainda, que o poder político e sua territorialização não são movimentos exclusivos da esfera estatal (COSTA, 2017).

Nessa conjuntura, afirma Costa (2017), para os geopolíticos brasileiros do período clássico, influenciados pelo conceito de “espaço vital”<sup>14</sup> de Ratzel, a América do Sul era considerada como a região destinada a uma natural propagação do poder e da influência do Brasil Potência, dirigindo as ações estratégicas no território da América do Sul principalmente quanto as questões da Amazônia, Atlântico Sul e Bacia do Prata, e que por vezes questionado por países vizinhos que viam o Brasil ora como propagador das idéias Estadunidenses, ora

---

<sup>13</sup> “A Geografia, serve em primeiro lugar, para fazer a guerra” (tradução nossa).

<sup>14</sup> O conceito de espaço vital engloba as condições espaciais e naturais para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território. Seriam as condições naturais disponíveis para o fortalecimento de uma dada sociedade ou povo. Aquelas populações que dispusessem de melhor espaço vital estariam mais aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios.

como um motivador da integração regional.

#### **4.1 A Teoria geopolítica de Mário Travassos**

O estudo da geopolítica no Brasil foi introduzido por volta de 1920 quando Elycio de Carvalho<sup>15</sup>, Everaldo Backheuser<sup>16</sup> e Carlos Delgado de Carvalho<sup>17</sup> publicaram seus trabalhos sobre o tema, sendo somente na década posterior que se afirmaria no país uma escola geopolítica brasileira, configurada por Mario Travassos, se destacando como um importante geopolítico do ponto de vista teórico-metodológico. Ele influenciou diversos militares, como os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos<sup>18</sup>, que fundamentaram suas análises geopolíticas sobre a América do Sul sob a luz do modelo travassiano (ALBUQUERQUE, 2015).

Mário Travassos foi um Oficial do Exército brasileiro que participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB), lutando na Itália e foi Comandante da Academia das Agulhas Negras (AMAN), e membro da comissão que escolheu o novo local da capital federal, encerrando sua carreira como Oficial General. Acordo Costa (2008), a importância de Travassos consiste em fazer uma pesquisa acurada das condições geográficas primárias do território nacional à luz da geopolítica, servindo de bússola para orientar a política do Estado brasileiro na América do Sul.

Travassos inspirou-se no conceito de *heartland* (coração da terra), elaborado no

---

<sup>15</sup> Elycio de Carvalho escreveu os livros, Brasil Potência Mundial – Inquérito sobre a Indústria Siderúrgica no Brasil, em 1919; O fator geográfico na política brasileira, em 1921.

<sup>16</sup> Everaldo Backheuser contribuiu com as seguintes obras para o estudo da Geopolítica: A Estrutura Política do Brasil. Notas Prévias, em 1926; Problemas do Brasil – Estrutura geopolítica, em 1933; A Geopolítica Geral e do Brasil, em 1955.

<sup>17</sup> Delgado de Carvalho, destacou-se com as seguintes obras: Introdução à Geopolítica, publicado em 1929.

<sup>18</sup> Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos foram geopolíticos militares representantes da escola brasileira de geopolítica.

início do século XX por Halford John Mackinder (1861-1947), para analisar a disputa pelo poder mundial entre os poderes marítimos e as potências terrestres ascendentes. O *heartland* eurasiático é formado pelas vastas planícies do centro geográfico da Eurásia, ricas em recursos naturais e em situação geográfica favorável para a defesa, e que Travassos transfere ao situar um *heartland* sul-americano na região do altiplano boliviano. É a partir desse momento que aparece uma primeira proposta de leitura geográfica da política sul-americana, inclusive na localização do centro geoestratégico sul-americano nas terras bolivianas (MARTINS, 2011).

As ideias de Mario Travassos podem ser resumidas em dois antagonismos geográficos na América do Sul: oceano Atlântico versus oceano Pacífico, dividido pela cordilheira dos Andes, e o segundo antagonismo se refere às bacias Platina versus Amazônica, que culminam no planalto boliviano. Embora esses antagonismos sejam de natureza geográfica, seus resultados influenciam na balança de poder regional, de acordo com Mello.

É no coração altiplano que Travassos localiza o triângulo estratégico formado por Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre, ou seja, a região que constituía o verdadeiro signo da riqueza boliviana. O controle desse triângulo estratégico era vital, segundo a concepção geopolítica de Travassos, para a resolução do antagonismo Amazonas – Prata, quer a favor do Brasil, quer a favor da Argentina (MELLO, 1987, p. 81 – 82).

Observa-se no mapa do ANEXO A, conforme mostra Travassos (1935), a importância dos divisores de águas das principais bacias hidrográficas sul-americanas, onde encontra-se inserido o triângulo Cochabamba - Sucre - Santa Cruz de la Sierra, região de destaque geográfico boliviano como apresentada no ANEXO B. Esta última aparece como principal ponto de passagem e articulação para as comunicações entre os três principais compartimentos geográficos regionais: o Prata, a Amazônia e os Andes.

O caráter estratégico militar do triângulo boliviano em razão da importância dos nós rodoferroviários para os movimentação e suprimento de forças terrestres em caso de uma confrontação de caráter continental, tanto entre os grandes Estados do continente como contra

potências externas, é destacado por Martins (2011), constituindo-se na chave de acesso para qualquer progressão tanto no sentido norte-sul como leste-oeste.

As maiores preocupações de Travassos se direcionam para o caráter expansionista da política de comunicações argentina nos altiplanos e planícies da Bolívia, refletindo a intenção da Argentina, de restaurar o vice-reinado do Rio da Prata (BANDEIRA, 1995; VIEIRA, 2008).

No início do século XX, a Argentina possuía um plano de comunicações terrestres de caráter continental, que tinha no porto de Buenos Aires o ponto de fuga de um complexo ferroviário que articulava as principais cidades do Paraguai e da Bolívia, com ramais importantes no Chile e no Uruguai, conforme ANEXO C. Dessa forma, ao estender as comunicações da Bacia do Prata até o Pacífico, as redes férreas argentinas representavam uma engenharia capaz de minimizar os efeitos dos antagonismos geográficos sul-americanos representados pelos Andes e pelas distâncias interoceânicas, permitindo integrar seu mercado nacional antes do fim do século XIX, enquanto que o Brasil só começou a pensar em uma rede de transporte integrada no governo de Getúlio Vargas, ou seja, a partir de 1930 (MARTINS, 2011). Assim, Travassos identificou a geopolítica de Buenos Aires como uma ameaça aos interesses do Brasil, pois a sua rede ferroviária extrapolava o seu mercado interno, integrando-se também com as três cidades dos Estados fronteiriços: Assunção, Santiago e La Paz.

Para Travassos, a questão era o ramal ferroviário argentino que se estendia até La Paz, pois ali se tratava do aumento da influência de Buenos Aires sobre o *heartland* sul-americano, com possibilidade de aumentar sua hegemonia econômica em todo o subcontinente (TRAVASSOS, 1935).

Portanto, trazer a região de Santa Cruz de la Sierra à esfera brasileira fazia-se fundamental, se contrapondo ao projeto argentino, era o que Travassos esperava alcançar por

meio do rodoviarismo e do prolongamento dos trilhos da Noroeste, que já ligavam Corumbá a Santos desde a década de 1910, como mostrado no ANEXO D, e que poderia conectar-se aos trilhos da Madeira-Mamoré, já penetrando a Amazônia, possibilitando ao Brasil o controle do triângulo econômico, o que neutralizaria o sistema ferroviário argentino e a bacia do Prata, deixando o altiplano boliviano sob a influência da bacia Amazônica. Assim, em 1938 o governo do Brasil estabelece a ligação rodoviária entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, conforme as recomendações de Mário Travassos, mas as ligações ferroviárias pretendidas não aconteceram (TRAVASSOS, 1935).

Por conseguinte, surge o conceito de corredores de exportação<sup>19</sup> com objetivo de atrair para sua esfera de persuasão a Bolívia, que estava na zona de influência de Buenos Aires. Travassos (1935) considerava que o Brasil devia desenvolver uma política de transportes capaz de neutralizar a Argentina e retomar a liderança da região e, para isto apresenta uma geoestratégia baseada em dois sistemas de comunicações, a primeira transversal e a segunda longitudinal. O primeiro sistema seria estruturado em duas etapas: os corredores de exportação e os *pasos* e *nudos*<sup>20</sup>. Tendo garantido o controle do *heartland* sul-americano pelo Estado brasileiro, através dos corredores de exportação norte-leste, a próxima etapa do Brasil seria ampliar a sua zona de influência em direção ao oeste até chegar ao Pacífico, tornando-se um país bioceânico, sendo necessário transpor a Cordilheira dos Andes através das regiões *pasos* e *nudos* como ilustrado no ANEXO E. Travassos (1935) formulou então uma geoestratégia capaz de alterar a balança de poder no *heartland* sul-americano, através dos corredores de exportação norte-leste, neutralizando a atração do Prata, apresentando a capacidade de projeção geopolítica do Brasil para o Pacífico via *pasos* e *nudos*.

---

<sup>19</sup> Corredores de exportação são conjunto planejado de facilidades e meios de transporte e armazenamento que viabilizam a movimentação de grandes quantidades de mercadorias com destino a um porto ou posto alfandegário fronteiriço.

<sup>20</sup> Os *pasos* são passagens naturais permitidas por discontinuidades na linha da cordilheira. Os *nudos* são planaltos formados em torno de um pico e que também permitem a transposição do obstáculo natural.

Essa política de articulação rodoviária transversal seria aplicada também ao Paraguai. O Brasil inaugurava em 1969 a BR-277, cruzando o estado do Paraná desde Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai (onde interliga-se à Rodovia Transparaguai, que segue no mesmo sentido até Assunção e depois inflete-se para a Bolívia), até o porto de Paranaguá, oferecendo ali instalações para o comércio exterior paraguaio (MARTINS, 2011, p. 76).

No segundo sistema de comunicações, denominado longitudinal, Travassos (1935) destaca a importância das regiões naturais brasileiras na sua geoestratégia, o Brasil Amazônico, o Nordeste Subequatorial, a Vertente Oriental dos Planaltos e o Brasil Platino, conforme o ANEXO F, destacando o papel funcional de duas regiões naturais brasileiras, o Nordeste Subequatorial e a Vertente Oriental dos Planaltos. Elas estabelecem a integração do Brasil Amazônico e Platino através de uma articulação viária longitudinal, obedecendo à orientação das calhas de suas bacias hidrográficas e realizando a ligação, do ponto de vista continental, do Brasil platino e o amazônico.

O Brasil Amazônico e o Platino, embora sejam os pontos mais extremos do país, ambos convergem para o *pivot* geográfico sul-americano. Diferentemente do Brasil Amazônico, que se liga naturalmente ao oceano Atlântico, pelo rio Amazonas, o Brasil Platino liga-se por meios artificiais ao mesmo oceano. O território brasileiro dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa, estimulando os dois países mediterrâneos, Bolívia e Paraguai, que naturalmente queriam romper com a dependência e vulnerabilidade provenientes de Buenos Aires. Para tal pensou na criação de uma rede de transportes que integrasse os países vizinhos, em especial a Bolívia e o Paraguai à costa atlântica brasileira (TRAVASSOS, 1935). Desse modo, a cidade de Santa Cruz de la Sierra é geoestratégica, devido a sua posição permitir uma maior comunicação ferroviária e hidroviária com o Brasil, do que com a Argentina, sendo a pluralidade e integração dos meios de transportes do Brasil

uma condição *sine qua non* para a superação da conjugação férreo-fluvial da Argentina, desta forma, é proposta a criação de uma rede multimodal brasileira.

Como resultado dos estudos geopolíticos, Travassos (1935) explica que a balança de poder na América do Sul é marcada pela instabilidade geográfica fruto da oscilação de alguns países entre determinadas características físicas que os circundam e da cobiça internacional, isto é, representa o produto da dissociação entre a geografia e as unidades políticas sul-americanas. Ele situa a Bolívia como principal foco de instabilidade política na América do Sul, onde as sucessivas crises políticas e guerras na história desse país são expressões dos antagonismos geográficos entre suas partes andina, platina e amazônica, sendo a Bolívia considerada o peão geopolítico mais importante da disputa entre Argentina e Brasil pela hegemonia na Bacia do Prata e centro do continente, porta de entrada para a vertentes ocidental dos Andes e da Amazônia.

De acordo com Martins (2011), os imensos recursos naturais do *heartland* sul-americano estavam agora à disposição do Brasil, especialmente com a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (iniciada nos anos 1970), estabelecida em regime de parceria no trecho conjunto do rio Paraná de Brasil e Paraguai, compreendido entre a Foz do Rio Iguaçu e o Salto Grande de Sete Quedas, que seria até então a maior hidrelétrica do mundo, e viria acompanhada de iniciativa brasileira de construir uma ferrovia que ligasse o Paraguai à costa atlântica brasileira e complementasse a ligação ao sistema rodoviário, além de conceder depósitos francos nos portos de Santos e Paranaguá, possibilitando diminuir o enclausuramento paraguaio e diminuir sua dependência da ligação fluvial, e mais longa, através da Argentina e do porto de Buenos Aires, principal via de acesso ao exterior, fazendo notar a previsão estratégica manifestada por Mario Travassos.

## 4.2 A influência de Halford John Mackinder

Entre os geopolíticos brasileiros contemporâneos percebemos que a obra de Mario Travassos, “Projeção Continental do Brasil”, sofreu influência da teoria do *pivot* geográfico da história, de Halford John Mackinder, sendo confirmado pelo fato dele considerar o triângulo econômico do planalto boliviano Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre o *heartland* da América do Sul, como explica Mello.

No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do “*heartland*” euro-asiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sul-americano (MELLO, 1987, p. 72 – 73).

Halford Mackinder ao criar a teoria do *pivot* geográfico da história, em 1904, analisou o momento histórico geográfico que o mundo atravessava naquela época. A sua importância consistiu em perceber que o início do século XX seria marcado pelo final de uma era dos descobrimentos, que fora iniciada por Portugal no século XV e concluída no final do século XIX, quando o continente antártico foi circum-navegado, ocorrendo logo em seguida, as primeiras expedições ao Polo Sul. Para Mackinder, nesse sistema político fechado, não havia mais nenhum espaço a ser descoberto, logo, qualquer nova tentativa de regionalização do espaço mundial em termos geográfico-políticos implicaria em conflitos entre potências em expansão em relação a outras. Diante desse contexto marcado por incertezas, ele previu a Primeira Guerra Mundial (ARAUJO, 2018).

Mackinder procurou identificar qual era a potência desestabilizadora desse novo cenário geopolítico mundial que se desenhava no início do século XX. De acordo com Hobsbawm (2014), a Alemanha foi identificada como a potência perturbadora do equilíbrio de poder europeu, pelo fato de se tornar a potência continental após a sua unificação, se



tornando logo em seguida a segunda potência industrial do mundo, atrás apenas dos EUA. Apesar de ser uma potência econômica e possuir uma demografia expressiva, o país não possuía colônias. Por essa razão, em 1898, a Alemanha deu início a um programa de construção naval com capacidade de construir couraçados. Ela buscava uma posição de destaque entre as grandes potências mundiais, mesmo que isso ameaçasse os interesses dos seus vizinhos ingleses e franceses (BANDEIRA, 2014).

Perante esse contexto, marcado por essas duas tendências, final da era dos descobrimentos e a emergência alemã, Mackinder sugeriu que os britânicos partissem para uma nova visão de mundo, receando que os triunfos alcançados pelo poder marítimo inglês fizessem com que se acomodassem em relação a sua hegemonia. Então ele criou uma projeção cartográfica para ilustrar a nova reconfiguração do poder mundial que se configurava naquele momento. Na época, o mapa-múndi conhecido era feito com base na projeção de Mercator. O mapa de Mercator possui duas grandes distorções: a primeira é seu caráter eurocêntrico, que coloca a Europa no centro do mundo. A segunda, ao fazer a projeção cilíndrica, as formas dos continentes são preservadas, mas as áreas estão distorcidas, porque conforme nos afastamos do Equador há o aumento da área relativa, dando a falsa impressão de grandeza do Hemisfério Norte, especialmente da Europa, como exposto no ANEXO F. Assim, as regiões de altas latitudes apresentam dimensões maiores que as dimensões reais (ARAÚJO, 2018).

Dessa forma, a projeção de Mercator não corresponde com a realidade geográfica, fazendo Mackinder abandonar o mapa de Mercator e construir um novo mapa-múndi, apresentado no ANEXO G, centrado na Ásia, pelo fato de ser o maior dos continentes e geograficamente mais preciso.

Ao confeccionar um mapa-múndi com base na projeção azimutal asiocêntrica, Mackinder descobre que a Europa é apenas uma península da Eurásia. Essa mudança de

paradigma foi fundamental para ele criar o conceito de *pivot* geográfico (MARTIN, 2004).

O termo *pivot* significa centro, base, fonte principal das forças geopolíticas mundiais, porque justamente foram das estepes eurásianas que partiram os movimentos dos mongóis influenciando a história mundial. Essa grande região, situa-se no sentido norte-sul, das costas geladas do oceano Ártico aos desertos da Ásia Central, conforme realçado no ANEXO H, na direção leste-oeste, dos confins da Sibéria às terras situadas entre os mares Branco e Negro (MELLO, 1994).

Em seguida, ao fazer a projeção azimutal centrada nos países do Hemisfério Norte, Mackinder acaba identificando o oceano Ártico como uma zona de fronteira entre as duas grandes placas tectônicas, América do Norte e Eurasiática, que estão separadas por duas bacias oceânicas: o Atlântico Norte e Pacífico Norte. A primeira placa com vocação marítima e a segunda com vocação terrestre. Dessa forma decorre a dualidade clássica da geopolítica entre o poder marítimo e terrestre.

Ainda nessa linha, Mackinder identificou nas regiões periféricas do *pivot* geográfico um grande arco que denominou de *inner crescent* onde estão situados cinco países: a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China, e em outro arco mais externo, que foi denominado de *outer crescent* encontram-se seis países: a Grã-Bretanha, o Canadá, os Estados Unidos, a África do Sul, a Austrália e o Japão (MELLO, 1994).

Mackinder dizia também que o coração da Eurásia se achava protegido contra eventuais invasões das potências marítimas, configurando uma verdadeira fortaleza terrestre, que mais tarde ele denominaria de *heartland*. Mackinder adverte que se essa área *pivot* fosse dominada por um único país (Rússia ou Alemanha), tornaria a potência terrestre numa potência anfíbia e, conseqüentemente, numa potência mundial, colocando em xeque a primazia naval britânica. Ele afirmava que quem controlasse o *heartland* dominava a *pivot area*, e quem dominasse a *pivot área* controlaria a ilha do mundo, e quem controlasse a ilha

do mundo dominaria o mundo (VESENTINI, 2005).

As ideias de Mackinder não só influenciaram as grandes potências do Hemisfério Norte, como também, de certa forma, o Brasil, na obra de Mario Travassos. Não foi casualmente que Travassos seguiu a abordagem teórico-metodológica de Makinder, estava trazendo a questão do *pivot* geográfico para a América do Sul.

## 5 OS ANTAGONISMOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A América do Sul atravessou boa parte do século XX marcada por disputas de hegemonia da região caracterizados por planos ambiciosos cultivados entre alguns de seus Estados componentes, destacando a oposição entre o Brasil e a Argentina que a partir da década de 1930 manifestavam posições antagônicas quanto a alianças internacionais, identificados pela via geopolítica, tendo o Brasil alinhado-se aos EUA enquanto a Argentina a uma linha de pensamento da Escola Alemã (VIEIRA, 2008).

A partir da segunda metade da década de 1960, com o Regime Militar também no Brasil, a nossa geopolítica ganhou um novo impulso, tendo o modelo travassiano continuado a influenciar as ações dos governos, expressos nos planos desenvolvidos relacionados às bacias hidrográficas, principalmente à Bacia do Prata, cujo resultado das negociações redundaria na construção da hidrelétrica de Itaipu em associação com o Paraguai. De acordo com Vieira (2008), esta hidrelétrica inseria a absorção da economia paraguaia pela brasileira, não apenas pelo fato de ser binacional, mas também por estabelecer que o Brasil compraria parte da energia produzida que caberia ao Estado vizinho. Quanto à Argentina, a construção de Itaipu também ensejava um aspecto estratégico pela sua importância militar: o controle de águas a montante (grifo nosso). Naquele momento, abria-se uma fase caracterizada por grandes rivalidades político-militares e econômico-comerciais entre os dois grandes Estados da região, que passaram a se enfrentar diplomaticamente, em face das divergências em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata (SPECTOR, 2002).

O início do desentendimento sobre a construção de Itaipu se deu na reunião de Uruguiana, em 1961, onde os presidentes do Brasil e Argentina abordavam pela primeira vez o tema que se tornaria, alguns anos depois, o ponto da discórdia entre os dois países: o

aproveitamento do rio Paraná, na região das Sete Quedas, local onde posteriormente se construiria Itaipu. No encontro de Uruguaiana afirmou-se que o aproveitamento energético do Rio Paraná deveria ser realizado de forma conjunta entre Brasil e Argentina. Também nessa ocasião o presidente brasileiro propôs a criação de um grupo de trabalho em que técnicos de ambos países pudessem colaborar com todas as informações necessárias para a realização de obras de interesse comum. Tais intenções, contudo, permaneceram somente no papel (FERRES, 2012).

Em 1965, o governo argentino realizou uma consulta aos países integrantes do Cone Sul (Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) com o objetivo de organizar uma reunião para determinar regras para o aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata. A ideia do governo argentino era unir os países a um empenho com o objetivo de promover a integração física e organizar o aproveitamento dos recursos naturais da região. Para isso, foi elaborado um projeto para o aproveitamento da Bacia do Prata, buscando um entendimento com o Brasil na construção de obras na região, uma vez que a Argentina se situava “águas abaixo” (grifo do autor) na bacia hidrográfica, o que a colocava em uma situação de desvantagem em relação ao Brasil. Dessa forma percebemos a preocupação argentina, desde a década de 1960, com relação ao aproveitamento dos rios da Bacia do Prata de forma a estabelecer um tratado para projetos hidrelétricos que não causassem prejuízo àquele Estado (FROTA, 1991).

A partir da segunda metade da década de 1960 houve uma mudança de percepção do governo argentino, na qual vislumbrava-se a reconstrução do Vice-Reinado do Prata, com o objetivo de tentar recuperar a influência que havia perdido na região. A concepção argentina era que se conseguisse novamente a preponderância sobre a Bolívia e o Paraguai restabeleceria a hegemonia novamente. Isto ratificava o pensamento de Travassos sobre o caráter expansionista da política argentina (BANDEIRA, 1995, VIEIRA, 2008).

Em 1969, o Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado da Bacia do Prata. O argumento principal do Tratado era somar esforços com o fim de promover o desenvolvimento equilibrado e a integração física na região da Bacia do Prata. Seriam realizados estudos para facilitar a navegação e utilização racional da água (através do aproveitamento equitativo dos recursos naturais da região), a complementação econômica regional, através da implantação de indústrias para desenvolvimento da Bacia do Prata, e a criação de projetos, principalmente aqueles de interesse comum. Contudo, o governo brasileiro não estava satisfeito com este acordo pois sua ideia era não contrair obrigações com terceiros que pudessem restringir a liberdade de construir obras dentro de suas fronteiras ou de realizar projetos bilaterais com países vizinhos, e a obrigatoriedade de consultar os demais integrantes da Bacia do Prata antes de realizar um projeto dentro de suas fronteiras geográficas, era incompatível com os interesses nacionais de desenvolvimento econômico (FERRES, 2012). Mas o governo argentino procurava prendê-lo a compromissos, a fim de deter seu progresso nacional na Bacia do Prata a pretexto de beneficiar o desenvolvimento regional harmônico equilibrado, mesmo assim, o Brasil acabou apoiando a iniciativa, pelo fato de que o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia já haviam aderido. Para a Argentina o Tratado da Bacia do Prata era uma forma de tentar equilibrar o desenvolvimento na região (BANDEIRA, 1995).

A visão geopolítica que orientou as diretrizes de política externa da Argentina foi a de favorecer somente as ligações Norte-Sul e contrapor aquelas no sentido Leste-Oeste, que afetavam os seus interesses geopolíticos. O Tratado da Bacia do Prata passou a ser usado como dispositivo para impedir a construção de obras por parte do Brasil, tanto na área de infraestrutura física como no campo do potencial hidrelétrico, mostrando o caráter defensivo adotado pela Argentina em sua política externa, tentando obstruir o desenvolvimento brasileiro como forma de não perder, categoricamente, o pouco poder que ainda detinha no

cenário platino; uma vez que, até meados do século XX, aquele país havia gozado de grande prestígio político no cenário regional e internacional e de considerável poder econômico, pelo que não podia aceitar uma posição secundária na América do Sul (FERRES, 2012). Dessa forma, o quadro da construção de Itaipu, uma das maiores hidrelétricas do mundo, entre o Brasil e o Paraguai e, sem a sua participação, preocupou radicalmente o governo argentino.

As pressões por parte do governo argentino no campo do direito internacional, sobre a questão da consulta prévia, não conseguiram conter os avanços das obras brasileiras, e apesar da insatisfação do governo argentino, a postura brasileira não foi alterada, e continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a execução de obras em rios internacionais.

No início da década de 1970 ocorre novamente uma mudança de governo argentino e inicia-se uma estratégia diplomática com o objetivo de recompor o prestígio e romper o isolamento da Argentina. Tratou logo de superar as dificuldades com o Paraguai, assinando o Tratado do Rio da Prata<sup>21</sup>, e com o Uruguai assinando o Tratado de Yaciretá<sup>22</sup>. Para com o Brasil, tentou harmonizar a questão da hidrelétrica de Itaipu modificando a estratégia política para a Bacia do Prata com o objetivo de proporcionar o retorno do diálogo entre os dois Estados e a perspectiva de uma solução legítima para o caso Itaipu.

Contudo, na segunda metade da década de 1970, com a troca de governo, o novo presidente argentino traz um panorama desfavorável para as relações entre Buenos Aires e Brasília, defendendo algumas posturas em política externa contrárias ao governo predecessor paralisando todos os projetos hidrelétricos potenciais com os demais participantes do Cone Sul até que se resolvesse a questão de Itaipu com o Brasil, demonstrando novamente as ações

---

<sup>21</sup> O Tratado do Rio da Prata, assinado em 1979 por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, disciplinou o uso dos rios internacionais da região para a produção de energia elétrica e irrigação agrícola.

<sup>22</sup> Tratado firmado entre Argentina e Paraguai, em 1973, para a construção da usina hidrelétrica binacional de Yaciretá, no rio Paraná, entre os dois Estados consignatários.

de política externa pautadas em impedir o Brasil e o Paraguai de continuarem as obras referentes ao projeto de Itaipu, iniciadas em 1973.

A década de 1970 foi marcada então por grandes rivalidades político-militares e econômico-comerciais entre os dois grandes países da América do Sul, Brasil e Argentina, que passaram a se enfrentar diplomaticamente, em face das divergências em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata. As disputas envolvendo a construção de Itaipu se estenderam até o final da década e em maior parte fruto da falta de interesse político argentino em resolver a questão, uma vez que buscava recuperar a influência na região, perdida ao longo dos anos, obstruindo o desenvolvimento brasileiro e sua repercussão nos países do Cone Sul. Para Travassos (1935), a Argentina estava preocupada com sua política expansionista e lutava para não ter um destino secundário no cenário da América Latina, por isto reconhecia a geopolítica de Buenos Aires como uma ameaça aos interesses do Brasil.



## 6 CONCLUSÃO

As relações argentino-brasileiras constituíam o principal eixo bilateral do equilíbrio de forças econômicas e políticas entre os países sul-americanos durante boa parte do século XX. Todavia também foi marcada pela busca da hegemonia regional que ocasionava divergências na correlação entre os dois Estados e um desequilíbrio de influência no cone sul.

Neste contexto, este trabalho analisou, através do método histórico, dentro da visão geopolítica de Mário Travassos, as divergências entre Brasil e Argentina em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata, que refletia o sentimento argentino pela perda de seu poder, contra o desenvolvimento e crescimento da primazia brasileira na região. Dessa forma, foi abordado no capítulo 2 um breve histórico da importância dos recursos hídricos para as civilizações, cujo incremento de sua utilização a partir do século XX foi fruto de seu potencial hidráulico, levando a necessidade de um melhor gerenciamento desses e ganhando importância nas relações internacionais, uma vez que poderia minimizar conflitos e ampliar possibilidades de cooperação. Surge então as hidrelétricas como fonte de energia limpa e sustentável e com maior capacidade de geração. Neste ambiente destaca-se o Brasil que, aproveitando o momento favorável de sua economia e política externa, investe em um dos seus maiores empreendimentos na década de 1970, a hidrelétrica de Itaipu, refletindo seu caráter desenvolvimentista.

Um panorama político e econômico tanto da América do Sul, quanto do Brasil e da Argentina, nas décadas de 1960 e 1970, é analisado no terceiro capítulo, de forma a compreendermos a geopolítica da região, que após a Segunda Guerra Mundial foi bastante influenciada pelos EUA devido aos seus interesses nos recursos minerais e energéticos que formavam uma grande massa econômica para manter a hegemonia global estadunidense

durante a Guerra Fria. Contudo, sua influência na região começou a declinar quando governos apoiados pela então URSS chegaram ao poder, somado ao fato da não concordância pela maioria dos Estados sul-americanos com as políticas recomendadas por Washington. Paralelamente a estes acontecimentos o Brasil e a Argentina direcionavam suas políticas externas no sentido de incrementar o processo de integração da América do Sul, expandindo o comércio exterior entre seus signatários, e se sobressaíram na disputa da hegemonia no continente, especialmente sobre as áreas da Bacia Platina, marcada pelo impasse da construção de Itaipu, fruto também da diferença no cenário político e econômico em que passavam os dois Estados.

No capítulo 4 foi abordado o histórico do pensamento geopolítico no Brasil desde o início do século XX, que norteou o planejamento estratégico nacional ao longo de boa parte do último século, dirigindo o ordenamento do território e planejamento regional, as políticas de integração nacional e de defesa, e conduziu a uma visão que considerada a América do Sul como a região destinada a uma natural propagação do poder e da influência do Brasil, levando às ações estratégicas no território, principalmente quanto as questões da Amazônia, Atlântico Sul e Bacia do Prata. Logo após se afirmaria uma Escola Geopolítica brasileira representada por Mario Travassos, se destacando como um importante geopolítico e fundamentando suas análises da América do Sul baseado na teoria de Mackinder sobre o *heartland* eurasiático, onde transferiu o conceito ao situar um *heartland* sul-americano na região do altiplano boliviano, rica em recursos naturais e em situação geográfica favorável para a defesa, com forte hegemonia argentina, que ainda detinha a vantagem da situação geográfica em relação a extensa Bacia do Prata. Uma área a qual, quem detivesse o controle, teria a condição para um maior poder na América do Sul, semelhante à teoria de Mackinder. A importância estratégica militar do *heartland* consistia em ser considerado a chave de acesso para qualquer progressão tanto no sentido norte-sul como leste-oeste para os movimentação e suprimento de forças

terrestres em caso de uma confrontação de caráter continental, tanto entre os grandes Estados do continente como contra potências exógenas. Assim explicam-se as preocupações de Travassos em impedir o caráter expansionista da política de comunicações argentino que articulava as cidades do Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai, além de estender as comunicações da Bacia do Prata ao Pacífico. Este pensamento travassiano guiou as ações dos governos brasileiro durante o Regime Militar nas relações com a Argentina, no sentido de resguardar a hegemonia e o desenvolvimento brasileiro na região da Bacia do Prata.

No capítulo 5, foi apresentado as divergências entre Brasil e Argentina em torno da construção da hidrelétrica de Itaipu, em um momento onde a Argentina havia perdido sua hegemonia na região, fruto também da política brasileira de projeção continental influenciada por Mario Travassos que desarticulou os interesses expansionistas argentinos, e sua tentativa de intervir nos interesses do Brasil na Bacia do Prata, no tocante a construção de Itaipu, com o fim de obstruir o desenvolvimento e a integração com os demais países da região. Toda a reação argentina também foi reflexo de uma desestabilização política pelo qual passava, onde as diversas mudanças de governos durante seu Regime Militar expressavam as diferentes visões da sua política externa, divergindo em seus interesses e por vezes agravando a rivalidade entre os dois Estados.

As disputas envolvendo a construção de Itaipu se estenderam até o final da década de 1970, quando foi assinado o acordo tripartite<sup>23</sup> sobre Itaipu entre Brasil, Argentina e Paraguai, dando lugar a cooperação econômica e política. Verificamos o movimento de integração na América do Sul, que remete a fatores históricos do período colonial, e teve seu impulso no final dos anos 1950, como resposta aos esforços de integração realizados na Europa pós-guerra, com assinaturas de diversos acordos. Assim, a fim de responder a questão

---

<sup>23</sup> Acordo de Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus, firmado entre Brasil, Argentina e Paraguai, que trata do aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do Rio Paraná desde o município de Sete Quedas (MS) até a foz do Rio da Prata.

proposta neste trabalho: “As divergências em torno de Itaipu contribuíram para um atraso na integração regional na América do Sul?” conclui-se que o tema integração regional sempre esteve na pauta de assuntos das políticas externas dos países sul-americanos, principalmente para o Brasil e Argentina. Contudo, as dificuldades e discrepâncias entre os países membros, ligadas a problemas de harmonização das políticas externas e econômicas contribuíram para o atraso ou mesmo paralisaram o processo de integração. As divergências em torno de Itaipu foi mais um aspecto de desarmonia nas relações externas dos dois principais atores da América do Sul na busca pelo poder regional e que corroborou para o atraso no processo de integração regional. No entanto, este trabalho não esgota as informações sobre as divergências entre Brasil e Argentina e suas influências na integração sul-americana, dado que outros Estados como o Paraguai, Uruguai e Bolívia também tiveram seus interesses afetados ao longo desta disputa pela poder, e sugerimos que haja um enfoque maior sobre o tema “integração da América do Sul”, uma vez que ainda é um tema corrente.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Izan Reis de. *A Projeção Geopolítica do Brasil na América do Latina e os Desafios da Integração Sul-Americana*. 2018. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2018.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *80 anos da Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos*. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 29, p. 61, jun. 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. 1ª ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 55 – 59.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 497 p.
- \_\_\_\_\_. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo, 2ª ed., 1995, p. 240. Ensaio.
- \_\_\_\_\_. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870 – 2003*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.
- \_\_\_\_\_. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 44 - 50.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 61.
- CANDEAS, Alessandro W. *Integração Brasil-Argentina*. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. p. 99 – 106.
- \_\_\_\_\_. *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, DF, v. 48, n. 01. p. 179-213, jan. 2005.
- CEPIK, Marco. *América do Sul: Economia e Política da integração regional*. 1ª ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008. 12 p.
- CERVO, Amado Luis, BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa do Brasil*. 5ª ed. Brasília: UnB, 2015. 525 p.
- COSTA Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 1ª ed. São Paulo, EdUSP, 1992. 374 p.
- \_\_\_\_\_. *Geografia política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008. p. 198.
- \_\_\_\_\_. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'Espace Politique*. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacepolitique/4132>>. Acesso em 01 jun. 2019.
- FANTINEL, Vinícius Dias; LENZ, Maria Heloisa. *Crescimento e crise na Argentina, nos*

*séculos XIX e XX: análise do período Frondizi*. Porto Alegre, FEE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. v. 36, n. 1, p. 7-32. Ensaio.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 - 2002)*. 1ª ed. São Paulo. Editora 34, 2004. p. 346 – 359.

FERRES, Virginia Perez. *A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80*. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, online, São Paulo, v. 29, n. 02, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9989/7422>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão. *Brasil-Argentina: divergências e convergências*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1991. 207 p.

HOBBSAWM, Erick John. *A era dos impérios, 1875-1914*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 404 p.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 912 p.

MARTIN, André Roberto. *Geopolítica e Poder Mundial*. In: CASTELAR, Sônia Maria Vanzella; MARTINS, Elvio Rodrigues (Org.). Geografia. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. *Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul*. (Dissertação de Mestrado). PROLAM - Universidade de São Paulo, 2011. p. 46.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo. Ed. PUC, 1987. 336p.

\_\_\_\_\_. *A geopolítica e o poder terrestre revisitada*. São Paulo: Lua Nova, n. 34, p. 55 – 69, dez, 1994.

MULLER, Arnaldo Carlos. *Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: AKRON Books, 1995. 412 p.

PENA, Rodolfo F. Alves. *Recursos naturais estratégicos*. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/recursos-naturais-estrategicos.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PINTO-COELHO, Ricardo Motta; HAVENS, Karl. *Crise nas Águas*. 1ª ed. Belo Horizonte: Recóleo, 2015. p. 21 - 23. Disponível em: <<https://www.flseagrant.org/crise-nas-aguas/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia Política da Água*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-29.

SALVIANI, Roberto. *PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: A experiência de Itaipu binacional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 38 – 40.

SOUZA, L. E. S. de. *Alicerçando o subdesenvolvimento: história e política econômica na Argentina, 1943-1983*. Revista de Economia Política e História Econômica, São Paulo, n. 12, p. 119-151, jun. 2008.

SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)*. Rev. bras. polít. int. online, Brasília, vol.45, n.1, p.117-145, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 02 jul. 2019.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. *Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2008. p. 208 – 210.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935. p. 80 – 86.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI MATSUMURA, Takaro. *A Água*. 1ª ed. São Paulo: PubliFolha, 2005. 328 p.

VIDIGAL, Armando A. F. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 44 – 105.

VIEIRA, Friederick Brum. *Modelo travassiano: a geopolítica que guia o Brasil na ditadura e na democracia*. Rio de Janeiro: Milênio, 2008. 237 p.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 19.

## ANEXO A

## Antagonismos geográficos da América do Sul



Figura 1 – O mapa apresenta os divisores de águas das principais bacias hidrográficas sul-americanas.

Fonte – Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/5619735/>.



## ANEXO B

## Triângulo estratégico boliviano de Travassos

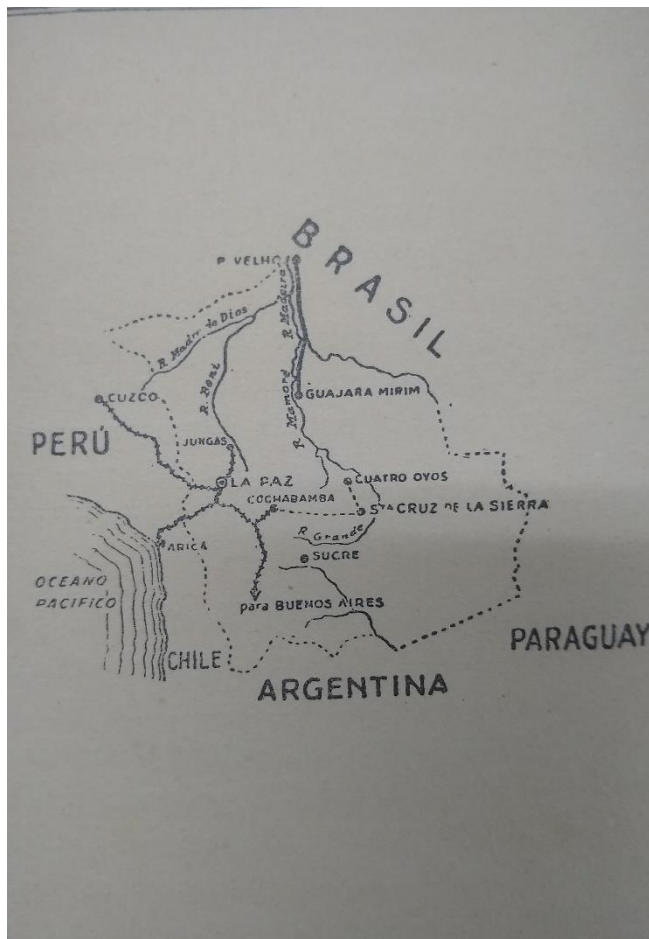


Figura 2 - Triângulo estratégico boliviano de Travassos.  
Fonte – TRAVASSOS, 1935.

## ANEXO C

## Rede ferroviária argentina

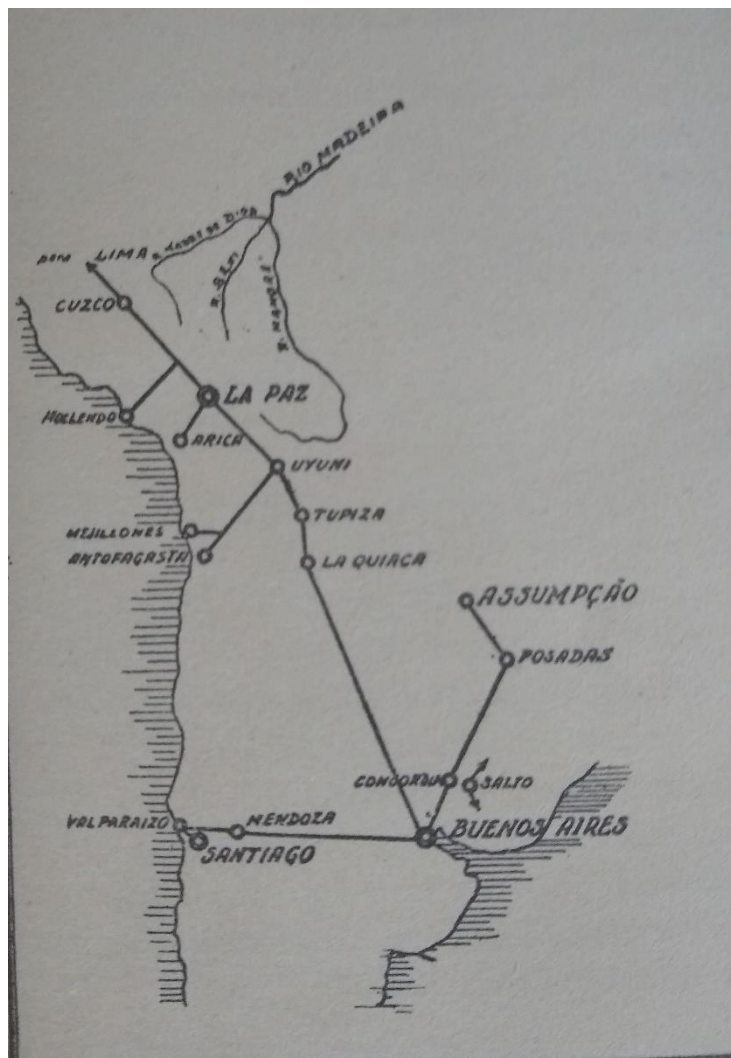


Figura 3 – Projeção da rede ferroviária argentina.  
Fonte – TRAVASSOS, 1935.

## ANEXO D

## Projeção ferroviária

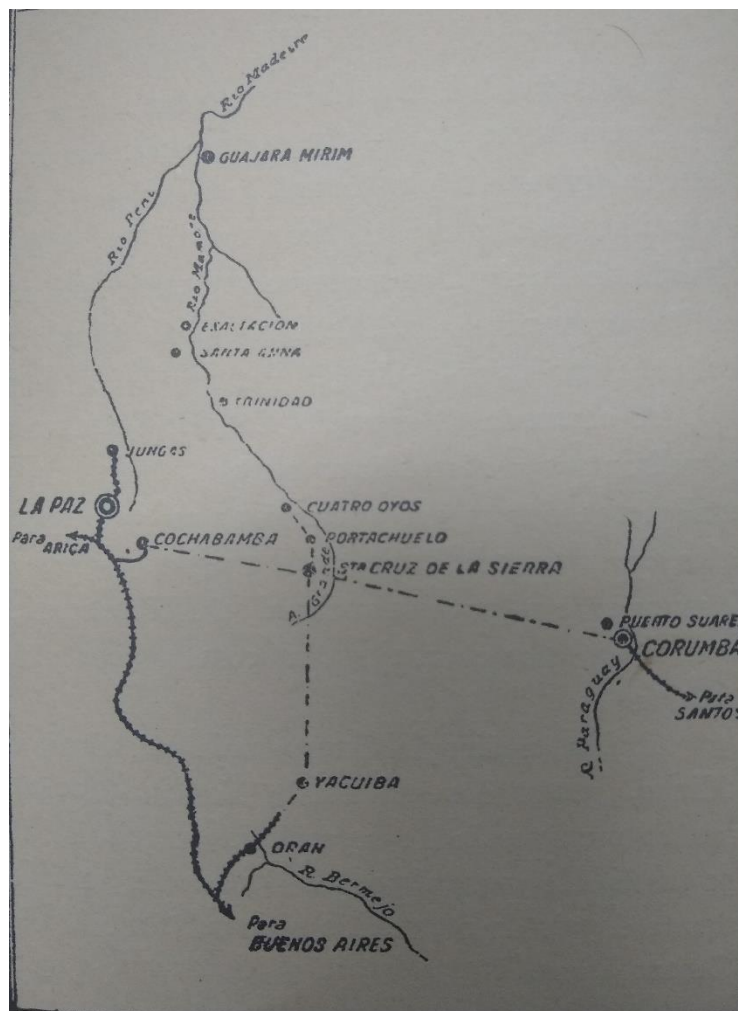


Figura 4 – Projeção da rede ferroviária planejada por Mario Travassos para reduzir a influência argentina na Bolívia.

Fonte – TRAVASSOS, 1935.

## ANEXO E

## Corredor Amazonas - Andes

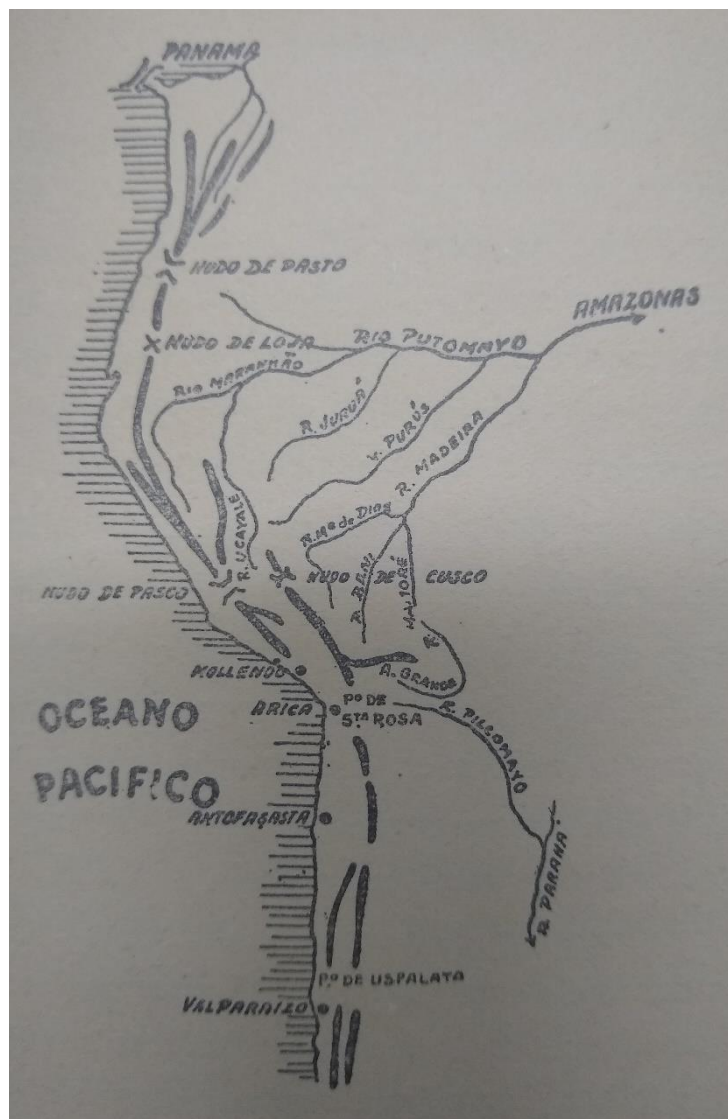


Figura 5 – Passagens andinas (através dos *nudos* e *pasos*) para conectar o espaço amazônico brasileiro aos países andinos.

Fonte – TRAVASSOS, 1935.

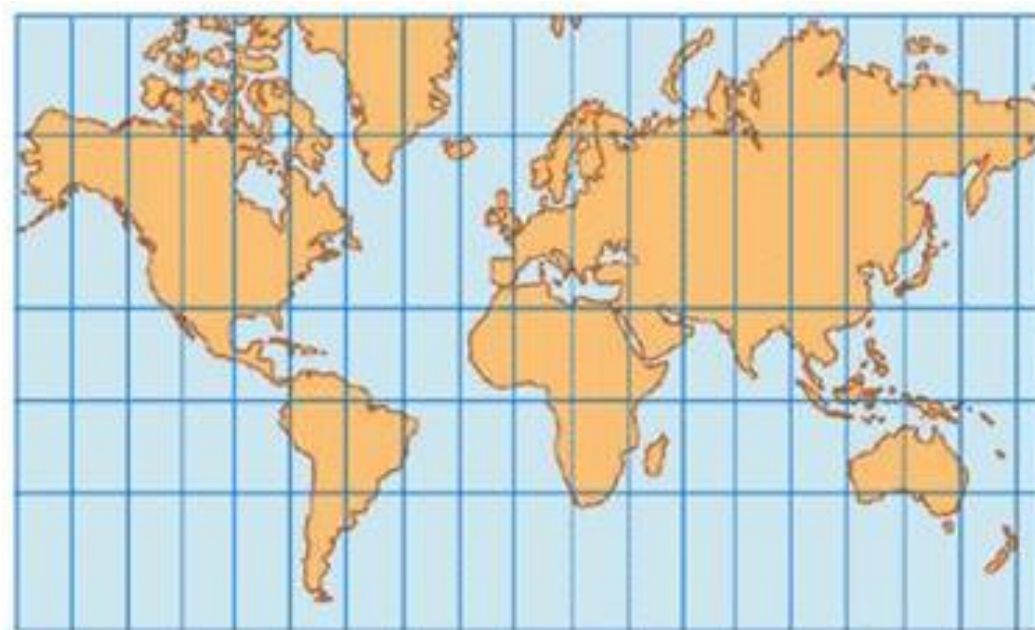
**ANEXO F****Projeção de Mercator**

Figura 6 – Projeção de Mercator.

Fonte – Disponível em: <http://geoden.sites.uff.br/projecao-cartografica-modulo-2/>.

## ANEXO G

## Projeção de Mackinder

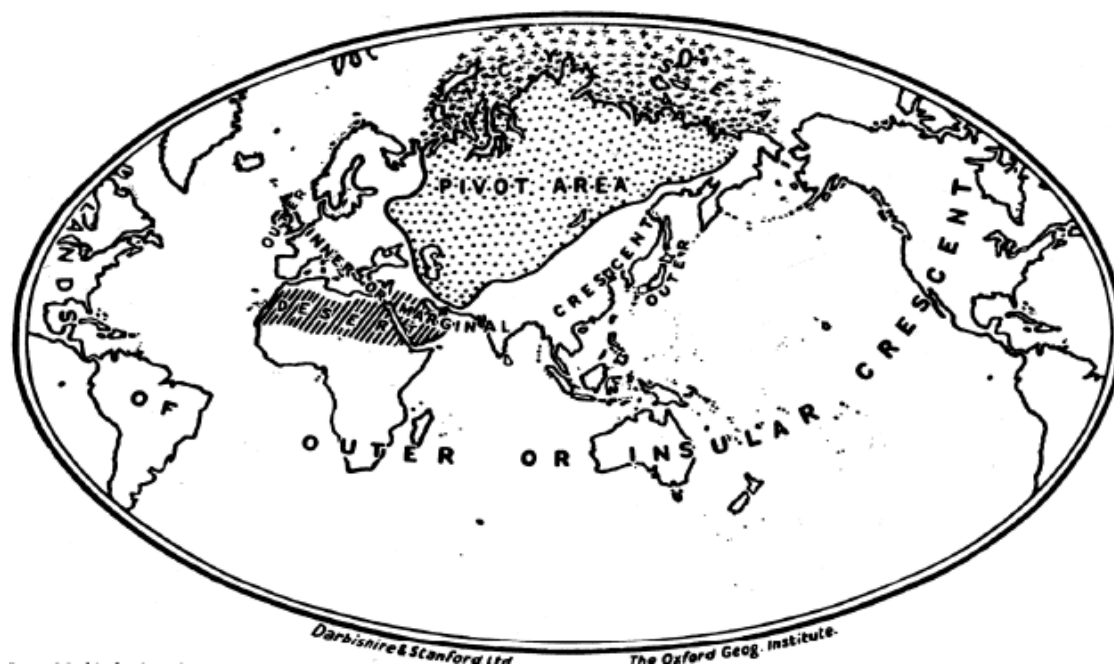


Figura 7 – Projeção de Mackinder.

Fonte – Disponível em: <https://geografiaegeopolitica.blogspot.com/p/bibliografia-indicada-geopolitica.html>.

## ANEXO H

## Projeção de Mackinder

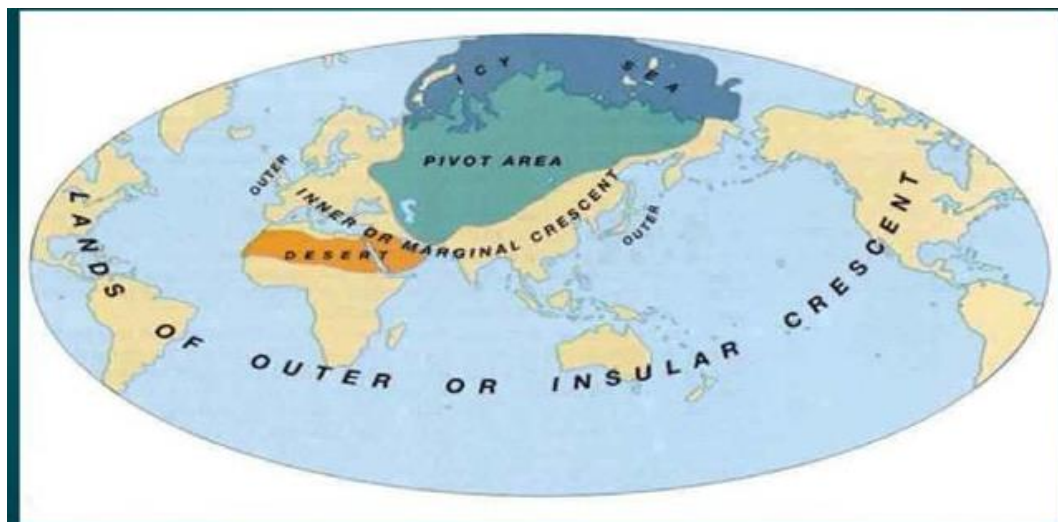


Figura 8 – Projeção de Mackinder.

Fonte – Disponível em: <https://www.geopolitica.ru/en/article/geopolitics-theories-concepts-schools-and-debates>.